

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2016/2017**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

AS NOVAS MISSÕES NO QUADRO DA OTAN

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

**COR PILAV Rui Pedro Matos Tendeiro
COR ENG João Manuel Pires
CMG Daniel Américo Rosa Menezes**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

AS NOVAS MISSÕES NO QUADRO DA OTAN

COR PILAV Rui Pedro Matos Tendeiro

COR ENG João Manuel Pires

CMG Daniel Américo Rosa Menezes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016/2017

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

AS NOVAS MISSÕES NO QUADRO DA OTAN

COR PILAV Rui Pedro Matos Tendeiro

COR ENG João Manuel Pires

CMG Daniel Américo Rosa Menezes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016/2017

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti-plágio

Nós, **COR PILAV Rui Pedro Matos Tendeiro, COR ENG João Manuel Pires e CMG Daniel Américo Rosa Menezes**, declaramos por nossa honra que o documento intitulado **AS NOVAS MISSÕES NO QUADRO DA OTAN** corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do **CPOG 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 7 de março de 2017

COR PILAV Rui Pedro Matos Tendeiro

COR ENG João Manuel Pires

CMG Daniel Américo Rosa Menezes



Índice

Introdução	1
1. A Organização do Tratado do Atlântico Norte	4
1.1. O que é a OTAN.	4
1.2. Breve história	4
1.3. Organização e funcionamento.....	7
1.4. As missões no âmbito do Conceito Estratégico de Lisboa (2010).....	8
2. A Cimeira de Varsóvia.....	9
2.1. Caracterização do ambiente de segurança internacional.....	9
2.2. O comunicado da Cimeira de Varsóvia (2016).....	12
2.3. As novas missões	15
2.4. A nova conduta de atuação	17
3. Portugal e as novas missões da OTAN	18
3.1. Breve resenha histórica da participação de Portugal nas missões da OTAN.....	18
3.2. As Missões das Forças Armadas no contexto internacional	19
3.2.1. Enquadramento legal da participação nacional	19
3.2.2. Enquadramento doutrinário	19
3.2.3. As Missões das Forças Armadas	20
3.2.4. O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar	20
3.2.5. O ciclo de planeamento da OTAN.....	21
3.3. O contributo nacional atual	21
3.3.1. <i>Kosovo Force</i> (KFOR) - Kosovo.....	21
3.3.2. <i>Resolute Support Mission</i> (RSM) – Afeganistão.....	22
3.3.3. Operação <i>Active Endeavour / Sea Guardian</i> – Mediterrâneo.....	22
3.3.4. <i>Assurance Measures</i> da OTAN	22
3.3.5. <i>Standing NATO Maritime Group</i>	22
3.3.6. Cargos internacionais permanentes na OTAN.....	23
3.4. As novas missões e a contribuição nacional, visão prospetiva	23
Conclusões	25
Bibliografia	27



Índice de Anexos

Anexo A —	O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar	Anx A-1
Anexo B —	O ciclo de planeamento da OTAN	Anx B-1
Anexo C —	A participação nacional em Operações de Paz e outras	Anx C-1

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Conceitos	Apd A-1
Apêndice B —	A perspetiva da Rússia sobre o atual ambiente operacional.....	Apd B-1

Índice de Figuras

Figura 1 –	Membros da OTAN na Europa, 1990-2009	6
Figura 2 –	Organização da OTAN.....	7
Figura 3 –	Ameaças híbridas.....	9
Figura 4 –	Aspetos do ataque e defesa híbrida	10
Figura 5 –	Tensões OTAN-Rússia na Europa.....	11
Figura 6 –	Conflitos no Médio-Oriente	12
Figura 7 –	O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar	Anx A-1
Figura 8 –	O ciclo de planeamento da OTAN	Anx B-1
Figura 9 –	A participação nacional em operações de paz e outras	Anx C-1
Figura 10 –	Adaptado, <i>briefing</i> General Gerasimov, 3. ^a Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional	Apd B-1
Figura 11 –	Adaptada, <i>briefing</i> General Gerasimov, 3. ^a Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional	Apd B-2
Figura 12 –	Adaptada, <i>briefing</i> General Gerasimov 3. ^a Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional	Apd B-3

Índice de Tabelas

Tabela 1 –	Objetivos geral e específicos.....	2
Tabela 2 –	Questões central e derivadas	2



Resumo

No final da Cimeira de Varsóvia, os representantes dos 28 países Membros assinaram uma declaração, na qual reafirmam que a OTAN continua a ter como missão assegurar que a Aliança permanece uma comunidade de liberdade, de paz e segurança, com partilha dos mesmos valores, e acrescentaram ainda um conjunto de desafios, para os quais a Organização deve adaptar-se o mais rapidamente.

O presente trabalho tem como objetivo identificar a forma como Portugal pode participar neste novo quadro de missões da OTAN.

Partindo da caracterização da Organização, através da sua evolução histórica, para que serve, como está organizada, metodologia de funcionamento e qual o seu empenhamento atual, iremos identificar as missões definidas no principal documento estruturante, o Conceito Estratégico, tendo em atenção o novo ambiente geoestratégico da região Euro-Atlântica, traduzido no comunicado conjunto da última cimeira, em Varsóvia em julho de 2016, identificar quais os novos desafios e qual a diferença de atitude face às ameaças e riscos identificados. Por fim, e em linha com o propósito do trabalho, foi avaliada a forma como Portugal pode contribuir para que a Aliança atenda a estas novas missões.

Desta análise concluiu-se que Portugal pode continuar a contribuir para o conceito de segurança cooperativa da OTAN em duas dimensões, a militar e a política.

A investigação utilizou o método dedutivo, uma estratégia de investigação qualitativa, uma técnica de recolha de dados recorrendo, essencialmente, à análise documental e um desenho de pesquisa de estudo caso.

Palavras-chave

Missões; Defesa; Organização do Tratado do Atlântico Norte; Capacidades Militares.



Abstract

At the end of the Warsaw Summit, head of delegations from the 28 member states signed a declaration reaffirming that NATO remains committed to ensure that the Alliance remains a community of freedom, peace and security, sharing the same values and they also added several extra challenges for which the Organization should adapt as soon as possible.

This study aims to identify how Portugal can participate in this new framework of NATO missions.

Starting with the characterization of the Organization, through its historical evolution, we show how it is organized, and what its current commitment is, we will identify the missions defined in the Strategic Concept. Considering the new geostrategic environment of the Euro-Atlantic area, defined in the joint declaration of the last summit, in Warsaw, July 2016, we identify challenges and the change of posture concerning the new identified threats and risks. Finally, and in line with the purpose of the work, it was evaluated how Portugal can contribute to the Alliance in order to attend these new missions.

From the study, it was concluded that Portugal can continue to contribute to NATO's concept of cooperative security in two dimensions, military and political.

The research used the deductive method, a qualitative research strategy, a data collection technique resorting primarily to documentary analysis and a study design case study.

Keywords

Missions; Defence; North Atlantic Treaty Organization; Military Capabilities.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACO – *Allied Command Operations*

ACT – *Allied Command Transformation*

AR – Assembleia da República

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM – Conceito Estratégico Militar

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CFI – *Connected Forces Initiative*

CPDN – Ciclo de Planeamento de Defesa Nacional

DIF – Dispositivo de Forças

DGPDN – Direção Geral de Política e Defesa Nacional

DN – Defesa Nacional

DoD – *Department of Defense*

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EP – Exército Português

EUA – Estados Unidos da América

EULEX – *European Union Rule of Law Mission*

FFAAP – Forças Armadas Portuguesas

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

IFOR – *Implementation Force*

ISAF – *International Security Assistance Force*

ISIL – Estado Islâmico do Iraque e do Levante

KFOR – *Kosovo Force*

MC – *Military Committee*

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MIFA – Missões das Forças Armadas

NAC – *North Atlantic Council*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NDPP – *NATO Defence Planning Process*

NPG – *Nuclear Planning Group*

NRF – *NATO Response Force*

OG – Objetivo Geral

OE – Objetivo Específico



OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

QC – Questão Central

QD – Questão Derivada

RAP – *Readiness Action Plan*

RSM – *Resolute Support Mission*

SF – Sistema de Forças

UE – União Europeia

VJTF – *Very High Readiness Joint Task Force*



Introdução

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi decisiva para o equilíbrio estratégico da Europa durante o período da Guerra Fria, salvaguardando a liberdade e independência dos países que a integravam. Desde a sua fundação, há cerca de setenta anos, a Organização tem vindo a adaptar-se às novas e profundas alterações ocorridas no ambiente estratégico internacional e paralelamente, continua a congregar os seus Estados Membros, a ser apelativa para alguns Estados candidatos à adesão e a dinamizar parcerias com outros países e organizações governamentais e não-governamentais.

Os atentados terroristas de Nova Iorque e Washington marcaram uma nova etapa no cenário internacional e no caso da Aliança Atlântica, motivaram um abrupto impulso reformista e uma reorientação das prioridades. O combate ao Terrorismo Internacional tornou-se um objetivo fulcral na agenda da OTAN, que assumiu a denominada adaptação externa enquanto Organização defensiva e deu início a uma reflexão coerente e profunda sobre a forma mais eficaz de fazer face a esta nova ameaça, e outras que também assumiram expressão e que têm caracterizado o atual ambiente estratégico (Guimarães, 2002).

O Conceito Estratégico de 2010, ditava já o terrorismo como ameaça direta à segurança dos cidadãos e dos territórios dos Países Membros, acrescentando que a Aliança continuará a ser efetiva num mundo em mudança, contra novas ameaças, com novas capacidades e parceiros (NATO, 2010). A perceção do que é hoje a Defesa Coletiva é muito diferente daquela que esteve na génese da Organização, constatando-se uma viragem para a atuação no âmbito de segurança cooperativa (Lopes, 2016).

A OTAN assumia definitivamente os novos desafios, aceitando novas missões, alterando a sua conduta de atuação em consonância com o cenário e a ameaça, demonstrando competência para solucionar conflitos e atenuar discórdias junto de atores das mais diversas naturezas, difundindo, desta forma valores, normas e procedimentos. Esta é, portanto, uma OTAN em permanente transformação, a mesma que soube redirecionar a sua atuação e prosseguir novos caminhos e objetivos, num processo contínuo de reforma e modernização que tem vindo a desenvolver de forma suave e progressiva. Considera-se assim oportuno e pertinente estudar as novas missões da OTAN no atual quadro de ameaças e desafios.

O objeto de estudo desta investigação são as novas missões da OTAN, no quadro do Conceito Estratégico de 2010, com as alterações introduzidas na Cimeira de Varsóvia.



Face à abrangência do tema, o trabalho percorre o caminho de identificar e analisar, a partir dos documentos estruturantes da OTAN, as missões, ameaças e respostas levantadas, e consequentemente perspetivar a participação de Portugal neste esforço coletivo.

O Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE) são apresentados na tabela:

Tabela 1 – Objetivos geral e específicos

OG	Identificar de que forma pode Portugal apoiar o esforço coletivo da OTAN, no quadro das novas missões.
OE1	Identificar as missões da OTAN no âmbito do Conceito Estratégico.
OE2	Caracterizar a alteração à conduta de atuação da OTAN face aos novos desafios decorrentes do Comunicado Conjunto da Cimeira de Varsóvia.
OE3	Perspetivar de que forma Portugal pode contribuir para o esforço da OTAN na resposta aos novos desafios.

Fonte: autores

Para o desenvolvimento deste Trabalho de Investigação de Grupo (TIG), deduziu-se uma Questão Central (QC), orientadora de todo o trabalho de investigação, e três Questões Derivadas (QD), nomeadamente:

Tabela 2 – Questões central e derivadas

QC	De que forma pode Portugal contribuir para o cumprimento das novas missões no quadro da OTAN?
QD1	De que forma está organizada a OTAN para cumprimento das suas missões?
QD2	De que forma a OTAN se adaptou às novas missões identificadas na cimeira de Varsóvia?
QD3	Quais as missões em que Portugal pode contribuir para o esforço coletivo da OTAN?

Fonte: autores

As referências seguidas na elaboração do TIG são as constantes nas Normas de Execução Permanente do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), ACA 010 e ACA 018, de setembro de 2015.

Na investigação utilizou-se o método dedutivo, com uma estratégia de investigação qualitativa, uma técnica de recolha de dados recorrendo, essencialmente, à análise documental e um desenho de pesquisa de “estudo de caso”.

O percurso da investigação foi estruturado em três fases: exploratória, analítica e conclusiva. Na primeira fase procedeu-se a uma revisão bibliográfica do tema e realizaram-se entrevistas preparatórias com vista a definir a metodologia de investigação a implementar, os respetivos OC, OE, as QC e QD, bem como a delimitação do assunto. Na segunda



procedeu-se à análise de conteúdos por forma a definir a problemática e a sua resolução. Na última concluímos com a adaptação do modelo de resolução ao caso nacional.

O TIG divide-se em três capítulos, com uma introdução e as conclusões do trabalho. No primeiro capítulo faz-se a apresentação da Aliança, finalidade, sua organização e funcionamento e os elementos mais relevantes que constam do seu Conceito Estratégico. No segundo capítulo detalha-se o atual ambiente de segurança internacional, o Comunicado da Cimeira de Varsóvia, deduzindo-se as novas ameaças, desafios e missões, e apresenta-se sucintamente a nova conduta da OTAN. No terceiro capítulo, e no contexto descrito anteriormente, são apresentados os contributos que Portugal e as Forças Armadas Portuguesas (FFAAP) podem oferecer para apoiar a Aliança no cumprimento dos seus objetivos.



1. A Organização do Tratado do Atlântico Norte

Neste capítulo pretende-se responder ao OE1 e à QD1.

1.1. O que é a OTAN.

A OTAN é uma Aliança Política e Militar de países da Europa e da América do Norte com o objetivo de consulta e cooperação no domínio da defesa e da segurança e para a condução de operações multinacionais de gestão de crises (NATO, 2017b).

A vertente política tem como finalidade a promoção dos valores democráticos e encorajar a consulta e a cooperação sobre as questões de defesa e segurança, para instaurar confiança e no longo prazo, prevenir conflitos. A vertente militar preza a sua conduta pela resolução pacífica dos conflitos. Contudo, se os esforços diplomáticos fracassarem, a Aliança dispõe da capacidade militar necessária para empreender operações militares. Estas operações são realizadas nos termos do Tratado de Washington (artigo 5.º), sob mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), ou individualmente, em cooperação com outros países ou organizações internacionais (NATO, 2017a).

1.2. Breve história

A OTAN foi fundada a 4 de abril de 1949, após o término da Segunda Guerra Mundial, por doze países (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido), para fazer frente à ameaça representada pela União Soviética. Na época, o fantasma do regresso aos conflitos nacionalistas no continente Europeu ainda assombrava os Governos da maioria dos países. Por essa razão, havia uma perceção de que era importante manter os Estados Unidos da América (EUA) empenhados na defesa do espaço Euro-Atlântico (Judt, 2007, p. 801).

O pensamento predominante era que apenas um acordo de segurança verdadeiramente transatlântico poderia dissuadir a agressão soviética, impedindo ao mesmo tempo a revitalização do militarismo Europeu e lançando as bases para a integração política e económica (NATO, 2017a).

Assim, a criação da OTAN reflete a mudança mais significativa observada na Europa desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870: a disposição de partilhar recursos e de cooperar na defesa, segurança e comércio, fundamentalmente (Judt, 2007, p. 804).

O alargamento da OTAN prosseguiu em 1952 com a entrada da Grécia e da Turquia e, em 1955, com a adesão da Alemanha Ocidental. Em reação, a União Soviética decidiu, em 1955, formar o Pacto de Varsóvia. Estabeleceu-se então um impasse na Europa, que teve



como principal símbolo a construção do Muro de Berlim, em 1961. Era a denominada Guerra Fria (NATO, 2017a).

Na década de 1960, na sequência da crise dos mísseis de Cuba e do envolvimento dos EUA na guerra do Vietname, a situação agrava-se. Contudo, apesar das tensões desse período, o final da década terminou com o fenómeno da *détente*, isto é, o relaxamento das tensões entre os blocos ocidental e oriental impulsionado por uma aceitação relutante do *status quo*. A *détente* mantém-se, embora com períodos de retrocesso, como por ocasião das invasões soviéticas da Checoslováquia (1968) e do Afeganistão (1979) (NATO, 2017a).

Em 1982, na sequência da implantação da democracia, a Espanha aderiu à OTAN (NATO, 2017a).

Em 1985, Mikhail Gorbachev chega ao poder com a intenção de reformar o sistema comunista vigente na União Soviética. A 9 de novembro de 1989 dá-se a queda do Muro de Berlim e os Aliados reagem com expectativa, ao que parecia proclamar uma nova era de mercados abertos, democracia e paz (NATO, 2017a).

Apesar da mudança no contexto estratégico, a OTAN perdura, pois mesmo com o fim da União Soviética permanecia uma perceção de ameaça de instabilidade proveniente de potenciais conflitos nacionalistas nos países da ex-União Soviética. Era, portanto, necessário garantir o fundamento da segurança coletiva que encorajaria a democratização e a integração política na Europa (NATO, 2017a).

Em dezembro de 1991, os Aliados decidem aproximar-se dos países da Europa Central, do Leste e Ásia Central e criam o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, que em 1997, passa a designar-se por Conselho de Parceria Euro-Atlântica (NATO, 2017a). Esta cooperação incipiente foi logo posta à prova, pois o colapso do comunismo deu lugar à ascensão dos nacionalismos e da violência étnica, particularmente na ex-Jugoslávia.

Neste âmbito, em dezembro de 1995, a OTAN destaca uma força multinacional, mandatada pela ONU, para a ex-Jugoslávia para ajudar a implementar o Acordo de Paz de Dayton, vindo a transferir esta responsabilidade para a União Europeia (UE) em 2004.

Em 1998, a Aliança intervém na Sérvia e no Kosovo ao abrigo de um mandato da ONU, realizando ataques aéreos, com o objetivo de permitir que uma força multinacional de manutenção de paz ponha fim às hostilidades e limpeza étnica em curso.

Na Cimeira de Washington, em 1999, três países da Europa Central tornam-se membros efetivos da Aliança, a Polónia, a República Checa e a Hungria.



No mesmo ano, a OTAN alterou e divulgou pela primeira vez o seu Conceito Estratégico. O novo conceito incorporava a perceção de que, após o final da Guerra Fria, o mundo passou a enfrentar novos e complexos riscos para a paz e a segurança Euro-Atlântica. Tais ameaças estariam relacionadas com a opressão política, os conflitos étnicos, as pressões económicas, o colapso da ordem política e a proliferação de armas de destruição maciça (NATO, 2017a).

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, demonstraram aos Aliados que as crises políticas em regiões distantes do globo poderiam ter consequências sérias nos próprios territórios. Na sequência destes atentados, pela primeira vez um dos países da OTAN solicitou apoio ao abrigo do artigo 5.º do Tratado de Washington e uma coligação internacional interveio militarmente no Afeganistão. O objetivo da missão era negar à *Al-Qaeda* uma base de operações e deter o maior número possível dos seus líderes (NATO, 2017a).

O Conselho OTAN-Rússia é criado em 2002 para possibilitar que os Estados Membros e a Rússia pudessem colaborar nas questões de segurança e defesa.

Em 2004 e 2009, houve novo alargamento da Organização com a entrada da Bulgária, Estónia, Eslovénia, Eslováquia, Letónia, Lituânia e Roménia, e posteriormente da Albânia e da Croácia.



Figura 1 – Membros da OTAN na Europa, 1990-2009

Fonte: (UTOPIA, 2015)



1.3. Organização e funcionamento

As decisões da OTAN são a expressão da vontade coletiva do conjunto dos seus 28 Estados Membros, sendo as decisões tomadas por consenso.

Cada país membro possui uma Delegação Permanente na sede política da OTAN em Bruxelas, dirigida por um Embaixador, que representa o seu Estado dentro do processo de consulta e decisão (NATO, 2017b).

O *North Atlantic Council* (NAC), presidido pelo Secretário-Geral, é o principal órgão de decisão política e nele estão representados todos os Membros da Aliança. Quando se trata de questões políticas de natureza nuclear, esta tarefa cabe ao *Nuclear Planning Group* (NPG) que possui a mesma autoridade que o Conselho, mas no qual não está representada a França.

Quando a tomada de decisões políticas tem implicações militares, os principais órgãos que intervêm são o *Military Committee* (MC), composto pelos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas dos países membros, assessorado pelo Estado-Maior Militar Internacional, e a Estrutura de Comando Militar composta pelo *Allied Command Operations* (ACO) e *Allied Command Transformation* (ACT) (NATO, 2017b).

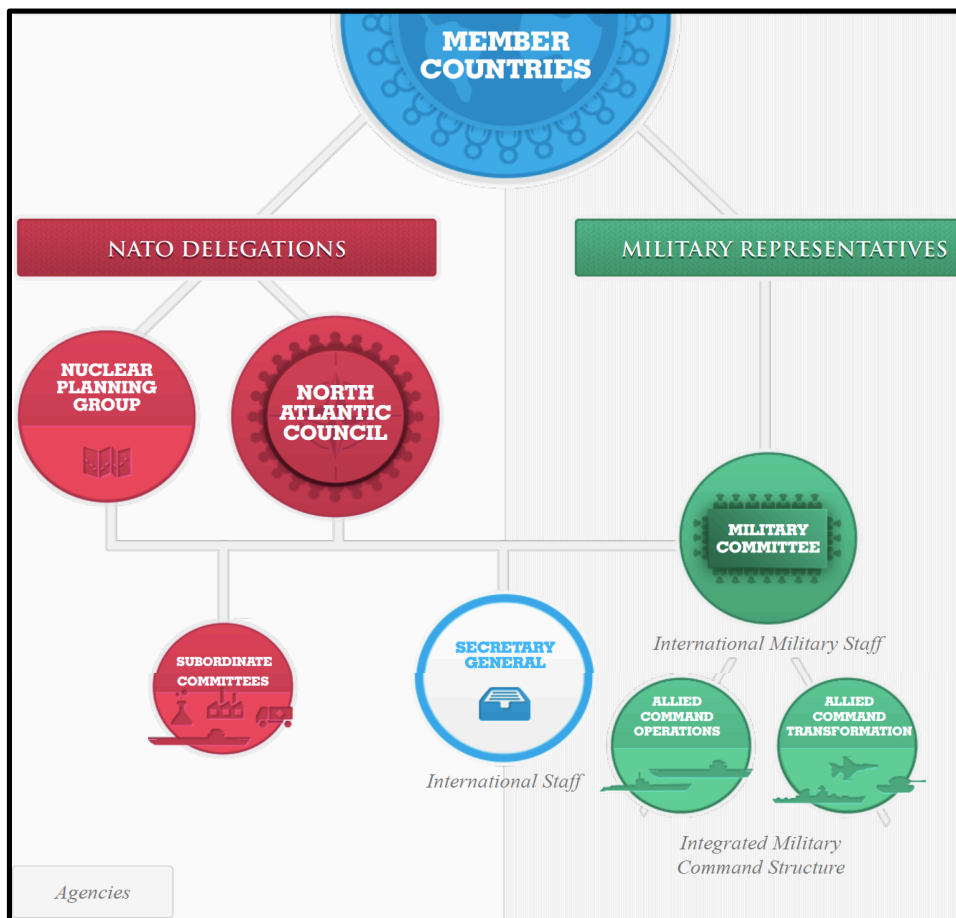


Figura 2 – Organização da OTAN

Fonte: (NATO, 2017b)



Por ocasião da aprovação de uma operação pelo Conselho, os Membros fornecem as tropas sob a base de contribuição voluntária.

O Secretário-Geral, sendo o mais alto funcionário internacional da Aliança, é o responsável pela execução das decisões tomadas, o porta-voz da Organização e dirige o Secretariado Internacional da Organização, que fornece a assessoria, as orientações e o suporte administrativo às delegações dos diferentes Membros (NATO, 2017b).

1.4. As missões no âmbito do Conceito Estratégico de Lisboa (2010)

O Conceito Estratégico da OTAN, aprovado na Cimeira de Lisboa em 2010, apresenta a visão da Organização sobre a conjuntura internacional, as ameaças e riscos prementes e as ações a adotar para fazer face a estes desafios (NATO, 2010).

No que se refere às ameaças, realça a necessidade de enfrentar as seguintes questões: proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição maciça; terrorismo; crises e conflitos em fronteiras exteriores à OTAN; ciberataques; instabilidade e insegurança nas principais vias de comunicação; novas formas de guerra decorrentes do desenvolvimento tecnológico; e os constrangimentos ambientais e de recursos (NATO, 2010).

Ressalta também a política de Portas Abertas para as democracias europeias que desejem aderir à Aliança e salienta a necessidade da continuação das reformas para aumentar a eficiência e a eficácia da Organização (NATO, 2010).

Tomando por base as experiências do Afeganistão, Bósnia e Kosovo, os Aliados perceberam que o poder militar já não é suficiente para assegurar qualquer vitória duradoura. A manutenção da paz tornou-se, pelo menos, tão difícil quanto a pacificação (NATO, 2010).

Nesse sentido, no Conceito Estratégico, a Aliança compromete-se a lidar com todas as fases de uma crise, antes, durante e depois, um princípio abrangente que implica um maior papel para a segurança cooperativa. Esta ideia está no cerne da "*Comprehensive Approach*" (NATO, 2010).

No que se refere às missões, reconhece três como essenciais:

- Defesa coletiva dos países da Aliança, no âmbito do artigo 5.º do tratado fundador;
- Gestão de crises, afirmando que a Aliança possui poderosas capacidades políticas e militares que a habilitam a fazer face a um amplo espectro de crises e conflitos que possam afetar a segurança do espaço da Aliança;
- Segurança cooperativa, onde a Aliança expressa o desejo de procurar parcerias com organizações e nações de relevo a fim de contribuir ativamente para ações de controlo, não proliferação e desarmamento (NATO, 2010).



2. A Cimeira de Varsóvia

Neste capítulo pretende-se dar resposta à QD2 e, consequentemente, ao OE2.

2.1. Caracterização do ambiente de segurança internacional

As condições geopolíticas que conduziram à criação da OTAN, após a Segunda Guerra Mundial, rapidamente desapareceram com a queda do Muro de Berlim em 1989. Este facto que marca o fim da Guerra Fria deu lugar à procura da razão da existência da Aliança, uma vez que o seu inimigo, a União Soviética desintegrou-se num curto período de tempo e, em consequência, o Pacto de Varsóvia, ficando apenas a Rússia como suposto país hostil (Song, 2016).

Os primeiros anos do século XXI têm-se caracterizado pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, por uma mudança radical no cenário geopolítico europeu e no ambiente de segurança internacional, alavancado pela globalização, pela disseminação das tecnologias de informação e comunicações, propiciadoras de fenómenos à escala regional e mundial, incluindo o terrorismo transnacional com repercussões no continente europeu. Por outro lado, o alargamento da Aliança aos países do Leste continua a ter um impacto determinante no relacionamento com a Rússia.

Pode afirmar-se que o ambiente de defesa e segurança internacional se caracteriza pela existência de guerras híbridas, isto é, de conflitos armados onde os beligerantes utilizam métodos de guerra convencional, irregular e de outras formas de combater (Richterová, 2015).

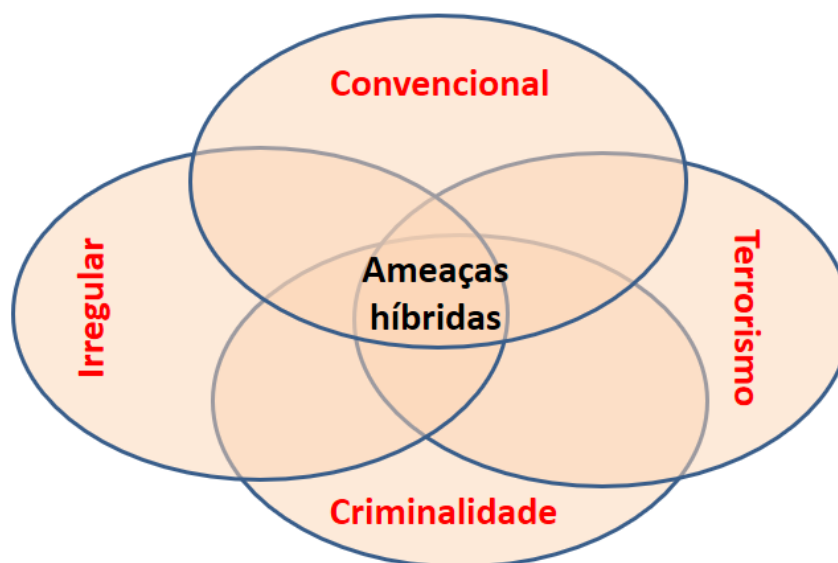


Figura 3 – Ameaças híbridas

Fonte: adaptado (Richterová, 2015, p. 5)



Para a OTAN, a guerra híbrida é um violento conflito que aplica a combinação e o uso simultâneo da guerra convencional e irregular, conforme figuras três e quatro, envolvendo atores estatais e não estatais, na procura dos seus objetivos e não estando limitados ao campo de batalha físico ou território. Estes ataques têm como finalidade a dimensão física, psicológica, cultural, política e humana, usando e explorando interdependências e vulnerabilidades das sociedades (Richterová, 2015).

O ataque, frequentemente, consiste na aplicação de uma combinação, simultânea ou não, do poder militar, político, económico, privado, terrorista, cibernético, diplomático, civil e dos média, com as tipologias de defesa apresentadas e associadas na figura seguinte (Richterová, 2015, p. 7).

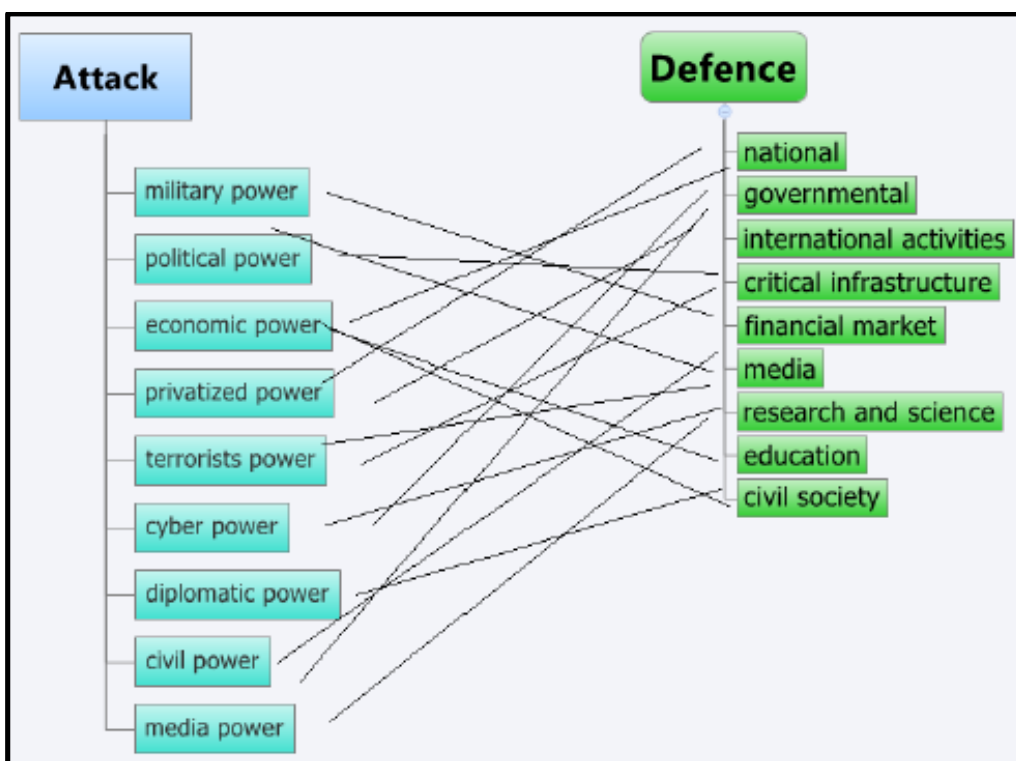


Figura 4 – Aspectos do ataque e defesa híbrida

Fonte: (Richterová, 2015, p. 8)

De acordo com o General Paloméros (2015), do *Supreme Allied Commander Transformation*, a OTAN está confrontada com uma mistura de ameaças e riscos associados que se podem reduzir aos três R: Rússia, Radicalismo e Refugiados. A simultaneidade, a complexidade e a interconexão das crises exige uma estratégia global baseada na solidariedade e que deve ter em atenção as diferentes sensibilidades nacionais e a natureza dos riscos a Leste e a Sul. A Rússia, a Leste (países bálticos, Ucrânia, Turquia, Síria), implementou uma estratégia global híbrida, através da utilização de vários instrumentos, militares, económicos, políticos, de informação e, por vezes, evidenciando o nuclear, que



requerem respostas apropriadas e proporcionais, globais, inclusivas e cooperativas. Esta situação releva para a credibilidade da defesa coletiva, fundamentada numa combinação de meios convencionais e nucleares capazes de prevenir, dissuadir e, se necessário, agir em conjunto.



Figura 5 – Tensões OTAN-Rússia na Europa

Fonte: (Institute for The Study War, 2016)

No Apêndice B apresenta-se um resumo de um artigo do General Gerasimov, da Rússia, em que descreve a sua perspetiva e a visão nos círculos russos sobre o passado, o presente e o futuro previsto da guerra. O artigo, publicado antes dos sucessivos acontecimentos que deram origem à anexação da Crimeia e à insurreição apoiada pela Rússia a Leste da Ucrânia, é citado no Ocidente como a “Doutrina *Gerasimov*” e que traduz a forma como as forças russas conduziram as operações (Bartler, 2016).

No Sul da Europa (flanco Sul, Médio-Oriente e Sahel) proliferam um conjunto de Estados falhados, frágeis e instáveis (Líbia, Sudão, Somália, Mali e a República Centro Africana), propícios ao aparecimento de grupos terroristas (como a *Al-Qaeda*, no Magrebe



Islâmico, o *Boko Haram*, *Al-Shabaab*) e extremistas capazes de ameaçar territórios aliados. Destes factos resultou um elevado fluxo de refugiados em direção à Europa, segundo diversas rotas, que urge colmatar através do fortalecimento das estruturas organizacionais destas nações, a todos os níveis (políticos, judiciais, económicos, sociais, de segurança e defesa, etc.), (Paloméros, 2015).

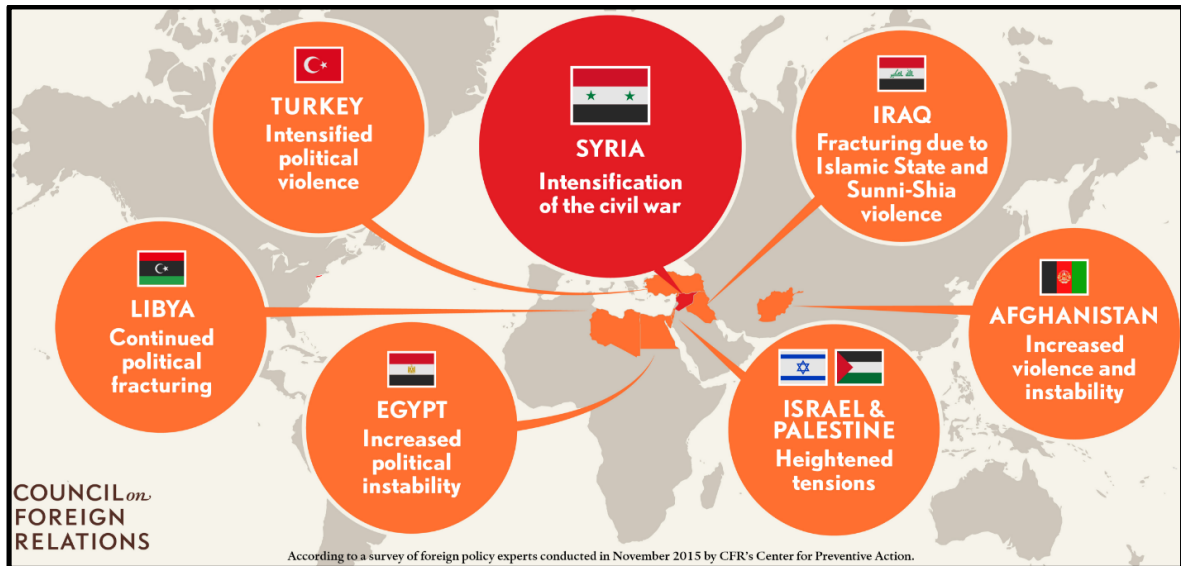


Figura 6 – Conflitos no Médio-Oriente

Fonte: (Center for Preventive Action, 2015)

Paralelamente, a rápida proliferação de tecnologias militares sensíveis, nomeadamente nas áreas da aviónica, da balística, de deteção, de precisão, bem como de capacidades de veículos aéreos não tripulados, e ainda o livre acesso a tecnologias de dupla utilização ameaçarão, nas próximas décadas, a superioridade de alguns Estados. Desta forma, as estratégias militares poderão ficar ameaçadas, não apenas pela dispersão de capacidades, como sistemas de armas antiaéreas, de combate terrestre, terrestre-aéreo, mas também no domínio do ciberespaço (Paloméros, 2015).

É, pois, neste ambiente geopolítico com consequências securitárias para a OTAN que decorreu a cimeira bianual, em Varsóvia.

2.2. O comunicado da Cimeira de Varsóvia (2016)

A Cimeira de Varsóvia decorreu em julho de 2016 e do comunicado final podem ser destacados os aspetos que constituem a agenda e preocupações da OTAN que seguidamente se descrevem.

A missão essencial da OTAN manteve-se inalterada: assegurar que a Aliança permanece uma comunidade de liberdade, paz e segurança, compartilhando valores comuns, como a liberdade individual, os direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito. Para



proteger e defender a segurança e os valores dos Estados Membros, a Aliança deve continuar a cumprir as três tarefas definidas no Conceito Estratégico de 2010: defesa coletiva; gestão de crises; segurança cooperativa. Na sequência da Cimeira de Gales, em 2014, foi desenvolvido um conjunto de ações para o reforço da defesa coletiva, nomeadamente melhorar capacidades, fortalecer a resiliência e afetar às FFAA os recursos suficientes e sustentados (NATO, 2016a).

Na periferia dos Estados da Aliança prolifera um arco de insegurança e instabilidade, do qual resulta um conjunto de desafios e ameaças oriundos de Leste e Sul, de atores estatais e não-estatais, de forças militares e não-militares, de grupos terroristas, cibernéticos e híbridos (NATO, 2016a).

A Leste, a Rússia, como vimos antes, constitui a grande fonte de instabilidade regional, com constantes ações agressivas, incluindo inúmeras atividades militares desenvolvidas na periferia dos territórios aliados, com ameaças frequentes ao uso da força para concretização dos seus objetivos políticos e estratégicos. A estes factos acresce a situação de insegurança no Médio-Oriente e no Norte de África em resultado da existência de Estados frágeis ou falhados, onde germina o terrorismo perpetrado pelo designado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) que atingiu um nível de intensidade sem precedentes, com influência nas fronteiras/territórios da Aliança e que representa uma ameaça imediata e direta à OTAN e à comunidade internacional. A Aliança continua diretamente a combater esta ameaça, nos termos da legislação internacional, e indiretamente apoiando os seus parceiros a promover a sua própria segurança, a defenderem-se e a construírem resistências (NATO, 2016a).

Quanto à Rússia, a OTAN esforçou-se por constituir uma parceria através do Conselho OTAN-Rússia. Contudo, a recente anexação da Crimeia, a desestabilização do Leste da Ucrânia, a violação das fronteiras pela força, a realização de exercícios e ações militares em grande escala (na região do Báltico, mar Negro e Mediterrâneo Oriental), a sua retórica nuclear, as violações do espaço aéreo, a intervenção na Síria, apoiando o Presidente *Bashar al-Assad*, e a presença militar no mar Negro, reduziram a segurança e aumentaram a imprevisibilidade, representando riscos e desafios para os Aliados (NATO, 2016a).

Neste novo ambiente de insegurança, a OTAN reforçou a postura de dissuasão e defesa, através da presença direta a Leste, suspendeu a cooperação civil-militar com a Rússia, permanecendo, contudo, aberta ao diálogo político. Decidiu, ainda, estabelecer, em 2017, uma presença militar avançada na Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia (visto pela Rússia como uma ameaça ao seu território), através de um Quartel-General de Divisão



Multinacional na Polónia e quatro unidades de escalão batalhão que poderão operar em conjunto com forças destes países, demonstrando a sua solidariedade, determinação e capacidade de ação para responder a qualquer agressão (NATO, 2016a).

A Sul, a OTAN continua vigilante em relação à crise na Síria, com implicações na estabilidade da fronteira Sudeste da Organização. Este conflito, bem como alguns dos atores presentes, incluindo o terrorismo, causou um elevado fluxo de migrantes, com consequências na estabilidade, segurança e prosperidade internacional. A Aliança reitera o seu empenho e determinação em defender as suas fronteiras contra quaisquer ameaças ou desafios que decorram daquele conflito e condena todos os ataques bárbaros perpetrados pelos grupos terroristas contra populações civis, em particular comunidades religiosas e étnicas inteiras, bem como aqueles praticados em solo Aliado. Para derrotar estes grupos a OTAN está empenhada em manter o impulso e trabalho da Coligação Global (NATO, 2016a).

No Iraque, a OTAN apoia os esforços para *State building* (OCDE, 2008) em duas áreas chave: a reforma do setor da segurança e a *Good Governance* (ONU, 2009). Tal desiderato apenas será possível com o envolvimento de todos os iraquianos, através da reconciliação nacional e de uma governação inclusiva, sendo essencial o levantamento de forças de defesa e segurança credíveis (NATO, 2016a).

No Norte de África aguarda-se que a situação na Líbia evolua favoravelmente. Porém, mais a Sul, na região do *Sahel-Sahara*, os atos terroristas, o tráfico de armas, de droga e de seres humanos continua a ameaçar a segurança regional e da OTAN. Esta congratula-se com os esforços da ONU e da UE e com o forte empenho da comunidade internacional para enfrentar os complexos desafios políticos e de segurança regionais (NATO, 2016a).

Contudo, apesar das ameaças híbridas existentes, releva-se que a atitude da OTAN é de natureza defensiva. A dissuasão e defesa estão no cerne da missão e do propósito da Aliança como meio de prevenir conflitos, proteger territórios e populações aliadas e manter a liberdade de decisão e ação em qualquer momento, bem como defender os valores e princípios do Tratado de *Washington*. A OTAN garante as capacidades necessárias para dissuadir e defender-se de potenciais adversários ou ameaças (NATO, 2016a).

Também, em 2014, foi aprovado o *Readiness Action Plan* (RAP) destinado a responder rapidamente às alterações do ambiente de segurança nas fronteiras dos Aliados. Através deste plano foi possível adaptar a conduta militar da Aliança às ameaças provenientes da



Rússia, do flanco sul, Médio-Oriente e Norte de África. As medidas de longo prazo do RAP são:

- Melhoria da *NATO Response Force* (NRF), aumentando a sua prontidão e o seu tamanho, sendo uma força conjunta mais capaz e flexível, de escalão divisão, com componentes aéreas, marítimas e de operações especiais;
- Criação de uma nova *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), capaz de iniciar a sua projeção de dois a três dias;
- Estabelecimento de oito Unidades de Integração de Forças da OTAN multinacionais, a Leste da Aliança, para auxílio ao treino de forças e receção de reforços, quando necessário;
- Operacionalização do Quartel-General de um Corpo Multinacional no Nordeste da Polónia e de um Quartel-General de Divisão na Roménia para assumir o comando de unidades de integração da força;
- Reforço de Forças Navais Permanentes;
- Estabelecimento de um Programa de exercícios;
- Elaboração de um acordo para uma estratégia global contra a guerra híbrida;
- Planeamento antecipado e tomada de decisão mais célere para garantir resposta militar e política;
- Estabelecimento de um quadro para adaptação da OTAN em resposta às crescentes ameaças e desafios a Sul (NATO, 2016a).

2.3. As novas missões

As tarefas principais da OTAN continuam a ser a defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa.

Contudo, há necessidade de olhar para o futuro, adaptando a sua atitude, as suas capacidades e estruturas de forma organizada e proativa, a fim de enfrentar os atuais e futuros desafios em matéria de segurança e defesa. Para prevenir conflitos e guerras é essencial a dissuasão e defesa credíveis, baseadas numa combinação adequada de capacidades nucleares, convencionais e defesa antimíssil, que constitui o elemento central da estratégia global da OTAN (NATO, 2016a).

Na sequência do Comunicado da Cimeira de Varsóvia foi estabelecido um conjunto de missões/desafios distribuídos regionalmente. Assim:

- No Atlântico Norte, a Aliança deve estar pronta a dissuadir e a defender-se contra quaisquer ameaças potenciais, incluindo as abordagens marítimas a territórios da OTAN e a proteção de vias de comunicação marítimas. As Forças Navais são o elemento central desta



postura, devendo estas estarem alinhadas com as NRF e, neste contexto, estão em curso trabalhos sobre a operacionalização da Estratégia Marítima (reforço da postura e exploração do potencial marítimo dos países da Aliança).

– Na região do Báltico, cuja situação em matéria de segurança se tem agravado desde 2014, a Aliança tem desenvolvido parcerias com a Finlândia e a Suécia numa vasta gama de assuntos, as quais devem ser reforçadas para responder aos desafios comuns de forma oportuna e eficaz, nomeadamente as contribuições destes países para as operações lideradas pela Aliança, o incremento de consultas políticas, a análise da situação e a realização de exercícios conjuntos.

– No Mar Negro, a instabilidade também aumentou nos últimos anos sendo necessário apoiar os esforços regionais dos países do litoral para garantir a sua segurança e estabilidade, em particular da Arménia, Azerbaijão, Geórgia (problemas com a Ossétia do Sul e Abkhazia), República da Moldávia e Ucrânia.

– No Norte de África e Médio-Oriente, em particular na Síria, Iraque e Líbia, no âmbito do terrorismo e do extremismo violento existentes na região (incluindo o tráfico de armas e seres humanos), existem fatores ameaçadores à segurança transnacional que carecem de uma intervenção da Aliança para fazer mais e melhor com vista a garantir o fim da violência e alcançar uma paz duradoura.

– É intenção da OTAN continuar com os processos de controlo de armamento, bem como do desarmamento e implementação do Tratado de Não Proliferação Nuclear, para além do combate às armas de destruição maciça (químicas, biológicas e tóxicas).

– Da mesma forma, no domínio do ciberespaço, os ataques cibernéticos constituem um desafio claro para a segurança dos países da Aliança e que podem ser tão nocivos quanto um ataque convencional. Logo, o ciberespaço passou a constituir um novo domínio das operações, como o ar, a terra e o mar.

– Intensificar a colaboração com a UE para garantir que as iniciativas *Smart Defence* e *Pooling and Sharing* sejam complementares e se reforcem mutuamente e apoiem o desenvolvimento de capacidades e de interoperabilidade com vista a maximizar a relação custo-eficácia (NATO, 2017c).

– Implementar a capacidade operacional inicial da *Joint Intelligence, Surveillance e Reconnaissance* (JISR), centrada no reforço da consciência situacional da NRF, através de maiores competências na recolha de informações.

– Levantamento de uma nova Divisão conjunta de Informações (NATO, 2016a).



2.4. A nova conduta de atuação

Em 2014, no contexto da guerra da Ucrânia e das ameaças do Sul da Europa, a OTAN reafirmou a necessidade de manter e fortalecer a credibilidade da defesa Euro-Atlântica, definindo um modelo ambicioso baseado em forças modernas e interligadas que permitam um alto nível de prontidão e capacidade para operar em conjunto com as nações parceiras (Paloméros, 2015).

Os principais esforços para adequar a Aliança são a proatividade, a agilidade e a resiliência. A proatividade requer a renovação do diálogo político-militar no interior da OTAN, com os parceiros e outras organizações internacionais, acelerar o processo de tomada de decisão e criar uma nova estratégia de comunicação para prevenir e antecipar os efeitos da guerra da informação e propaganda, como aquela desenvolvida pela Rússia, pelo *Daesh* e outros atores. A agilidade exige uma prontidão melhorada das capacidades militares e uma melhor resposta das forças, sendo esta uma das finalidades do RAP para uma NRF melhorada, tendo como destacamento avançado a VJTF. Depende ainda de uma melhor interoperabilidade entre Aliados e parceiros, bem como uma maior mobilidade a nível estratégico, e obriga a uma robusta e bem-adaptada preparação das operações (finalidade da *Connected Forces Initiative (CFI)*), lançada em 2012. A resiliência está em fase de teste, face às novas ameaças, mais versáteis e inovadoras, mais ambíguas e perturbadoras (Paloméros, 2015).

A OTAN desenvolveu medidas para enfrentar os desafios colocados pelas guerras híbridas, através de uma combinação ampla, complexa e adaptável de meios, convencionais, não convencionais e civis, integrando atores estatais e não estatais. Nos últimos anos, a Aliança implementou o maior desenvolvimento da Defesa Coletiva desde a Guerra Fria. Da mesma forma está a privilegiar cada vez mais as parcerias com os países do Mediterrâneo e Médio-Oriente, mostrando que o conceito de Segurança Cooperativa, assume o mesmo relevo que a Defesa Coletiva (NATO, 2016a).



3. Portugal e as novas missões da OTAN

A OTAN tem hoje como razão de ser a segurança e a defesa dos seus Membros e a salvaguarda do modelo civilizacional que lhes é comum. Nas circunstâncias do presente isso implica que esteja atenta a Leste e a Sul, respondendo e tomando a iniciativa em ambas essas frentes. Não como uma OTAN contra, antes como uma Organização pró, assente sem transigência em valores e em princípios comuns (Pinto, 2016).

Portugal como membro fundador da OTAN tem não só o dever de acompanhar e honrar os compromissos e os novos desafios da Aliança, como a responsabilidade de contribuir para o modelo civilizacional referido por Pinto (2016).

Neste capítulo pretende-se avaliar de que forma Portugal pode contribuir para o esforço da OTAN, no quadro de atuação definido no capítulo anterior, na resposta aos novos desafios e ameaças.

3.1. Breve resenha histórica da participação de Portugal nas missões da OTAN

As primeiras participações de Portugal em missões da OTAN ocorreram depois da desagregação da Jugoslávia, na década de 90. Em janeiro de 1996, Portugal projetou para a Bósnia-Herzegovina uma Força de 925 militares, cerca de 700 pertenciam a um Batalhão de Infantaria Para-Quedista, integrada na Força de Implementação (IFOR). Nos finais desse ano, a IFOR deu lugar à Força de Estabilização (SFOR), tendo Portugal mantido uma unidade de escalão batalhão, mas com efetivos inferiores e da ordem dos 310 militares (DGPDN, 2017a).

No ano de 1999, Portugal contribuiu para a operação *Allied Force*¹ com três aeronaves F-16, destacadas para Itália. Ainda no âmbito da mesma operação, Portugal contribuiu, desde julho de 1999, com unidades de escalão batalhão, compostas por cerca de 300 militares, tendo retirado desse teatro de operações em maio de 2001. Regressou em fevereiro de 2005 ainda com as suas forças integradas na OTAN. Porém, desde dezembro de 2008, passou a atuar em conjunto com a *European Union Rule of Law Mission in Kosovo* (EULEX)², Missão da UE para a Lei e Ordem no Kosovo (DGPDN, 2017a).

De 2002 a 2014, Portugal participou na missão da OTAN denominada *International Security Assistance Force* (ISAF), no Afeganistão, com forças de Escalão Companhia, com cerca de 100 militares, passando por destacamentos designados por *Orientation Mentor Liaison Team* (OMLT), com a missão de treino de Forças afegãs, um Módulo de Apoio,

¹ Operação que decorreu, ao abrigo da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1199.

² Missão da UE para implementar e consolidar a democracia no Kosovo, <http://www.eulex-kosovo.eu/>.



destinado a apoios logísticos, equipas de instrução e treino das Forças afegãs e equipas médicas.

Com menor expressão, Portugal esteve presente no mar Mediterrâneo e Adriático, nos Balcãs, no Iraque, ao largo da Somália e do Golfo de *Áden*, onde participou na luta contra a pirataria.

Assim, a participação portuguesa, nos últimos dezoito anos, empenhou um efetivo total de cerca de 36000 militares³, além-fronteiras, em missões na Lituânia, Iraque, Afeganistão, na região dos Balcãs, no Adriático (*Maritime Monitor, Maritime Guard, Sharp Guard, Sharp Fence, Decisive e Enhancement*) e Atlântico Norte (DGPDN, 2017a).

3.2. As Missões das Forças Armadas no contexto internacional

3.2.1. Enquadramento legal da participação nacional

Na sétima revisão constitucional, levada a efeito em 2005, incluiu-se, na quinta alínea do artigo 275.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), que é missão das FAP “satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” (AR, 2005, p. 84). Esta disposição foi reforçada nas subsequentes “Lei da Defesa Nacional”, no seu artigo 24.º, n.º 1, alínea b, Missões das Forças Armadas: “Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” (AR, 2014, p. 4554).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), na parte III, Contexto Internacional, reforça a importância das FAP no contexto da segurança regional, com especial ênfase para a OTAN na ligação à Europa e aos EUA (PCM, 2013).

3.2.2. Enquadramento doutrinário

O CEDN, enumera as capacidades genéricas tendo em conta as missões das FAP, mas sem atribuir prioridades ou orientações para o seu desenvolvimento. As orientações políticas para o seu progresso estão definidas nos documentos subsequentes: Conceito Estratégico Militar (CEM), as Missões das Forças Armadas (MIFA), o Sistema de Forças (SF) e o Dispositivo de Forças (DIF).

³ Conforme informação disponibilizada no portal oficial do EMGFA, em <http://www.emgfa.pt>, consultado a 5 de fevereiro de 2017.



O CEM que decorre diretamente do CEDN, define as grandes linhas orientadoras de atuação das FAP, estabelece o Conceito de Ação Militar, as orientações específicas relativas às MIFA, as forças e recursos associados, SF e DIF, constituindo-se a base do planeamento estratégico operacional (PCM, 2013).

3.2.3. As Missões das Forças Armadas

As MIFA estabelecem por sua vez as missões específicas das FFAAP no seu conjunto e as missões particulares de cada um dos Ramos, que decorrem dos cenários de emprego, do Conceito de Ação Militar e das Orientações Específicas, definidos no CEM 2014. (MDN, 2014b).

As MIFA são seis e abrangem os seguintes âmbitos:

- Segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos;
- Defesa coletiva;
- Exercício da soberania;
- Segurança cooperativa;
- Apoio ao desenvolvimento e bem-estar;
- Cooperação e assistência militar (MDN, 2014b).

A execução das missões respeita as prioridades e orientações contidas no CEDN e CEM, tendo em atenção as ameaças internas na perspetiva de soberania e a imagem nacional, de uma nação “produtora de segurança”, no âmbito da Defesa coletiva da OTAN. É neste quadro que as FFAAP podem “(...) empregar forças e meios militares a fim de assegurar a satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal (...)”, (MDN, 2014b) da qual decorre a responsabilidade de participação em caso de necessidade.

Podemos assim considerar que o CEDN e especialmente o CEM, definem os cenários de atuação, os respetivos contextos e as correspondentes missões, descritas nas MIFA, no entanto para as cumprir é necessário um conjunto de capacidades e um SF que corresponda às missões às capacidades (MDN, 2014a).

3.2.4. O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar

O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar (CPDM) é o processo pelo qual se definem as capacidades para atender às missões a nível nacional e internacional (MDN, 2014c). Desenvolve-se em cinco passos, conforme se mostra no anexo A, inicia-se com a definição da orientação política, partindo do CEDN, tendo em atenção o contexto decorrente das alianças (OTAN e UE) e integrando os resultados da análise político-militar. Prossegue com a divulgação da Diretiva de Planeamento de Forças (DPF) do Chefe do Estado-Maior



General das Forças Armadas (CEMGFA), com vista à definição dos requisitos e capacidades, iniciando o Planeamento de Defesa Militar, na vertente de Planeamento de Forças. Neste passo tem-se em consideração o CEM, as MIFA, o SF e o DIF, bem como a avaliação dos recursos, sendo reunidos os contributos dos Ramos. No terceiro passo procede-se à definição de capacidades, sincronizado com o processo de planeamento da OTAN (MDN, 2014c). Segue-se a implementação, passo em que o Estado-Maior General das Forças Armadas e Ramos executam os planos e as leis de programação⁴. O quinto e último passo do ciclo consiste na revisão dos resultados.

3.2.5. O ciclo de planeamento da OTAN

O ciclo de planeamento da OTAN, denominado *NATO Defense Planning Process* (NDPP), é um processo de planeamento através do qual a Aliança edifica capacidades, para responder às missões de acordo com o nível de ambição⁵ decorrente da orientação política do Conceito Estratégico.

Está estruturado em cinco fases, como se mostra no anexo B, *Establish political guidance, determine requirements, apportion requirements and set targets, facilitate implementation and review results* (NAC, 2016), em tudo semelhante ao ciclo de planeamento nacional. É no passo três que são definidos os requisitos e integrados no CPDN. Salienta-se, com particular importância para este trabalho, a fase de *apportion requirements and set targets*, pois é aqui que Portugal é chamado a contribuir com forças e meios.

3.3. O contributo nacional atual

De acordo com os interesses e objetivos estratégicos definidos politicamente, Portugal, no quadro da OTAN, participa atualmente nas seguintes missões:

3.3.1. *Kosovo Force* (KFOR) - Kosovo

A KFOR resulta do mandato da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Acordo Técnico-Militar (MTA) entre a OTAN e a República Federal da Jugoslávia e Sérvia e destina-se atualmente a apoiar o desenvolvimento das estruturas democráticas, através da prestação de aconselhamento, formação e reforço das capacidades da Força de Segurança do Kosovo (KSF). A participação nacional atualmente é de 190 militares, distribuídos pelo Estado-Maior e forças no terreno (DGPDN, 2017a).

⁴ Lei de Programação Militar (LPM) e Lei de Infraestruturas Militares (LPIM).

⁵ Nível de Ambição – *Level of Ambition* (LOA), define a intenção e propósito de atuação da Aliança (NATO, 2008).



3.3.2. *Resolute Support Mission (RSM)* – Afeganistão

A RSM iniciou-se a 1 de janeiro de 2015, com o término da ISAF, em 2014, e tem como finalidade o treino, aconselhamento e assistência às Forças de Segurança Afegãs e instituições do estado. O contributo nacional é de dez militares, que desempenham funções no Quartel-General da RSM (DGPDN, 2017a).

3.3.3. Operação *Active Endeavour / Sea Guardian* – Mediterrâneo

Esta operação iniciou-se a 4 de outubro de 2001, como uma das oito respostas da OTAN aos ataques do 11 de setembro de 2001. Teve desde início o objetivo de dissuadir, defender e proteger o transporte marítimo no mar Mediterrâneo, contra atividades terroristas.

No segundo semestre de 2016, as autoridades da OTAN decidiram fazer a transição para uma operação mais flexível ao nível do emprego operacional, com o nome de código; *Sea Guardian*.

A atual participação nacional consta de uma missão de Patrulhamento e Vigilância Marítima, realizada por uma aeronave P-3C, com uma tripulação constituída, em média, por 13 militares (DGPDN, 2017a).

3.3.4. *Assurance Measures* da OTAN

Com base na avaliação efetuada pela OTAN sobre a situação na Ucrânia e as consequências para a estabilidade e segurança regional, foi decidido desenvolver um programa de medidas de afirmação (*assurance*), para demonstrar a coesão dos Aliados e o compromisso com a dissuasão e defesa coletiva. Assim, foi decidido ter uma presença contínua em terra, mar e ar, associada a uma atividade militar significativa que demonstre a determinação da Aliança na defesa coletiva, bem como a sua natureza defensiva.

Portugal empenhou, no segundo semestre de 2016, quatro aeronaves F-16 e 89 militares no Policiamento e Defesa Aérea dos Bálticos, a partir da Base Aérea de *Siauliai* na Lituânia. Contribuiu, igualmente, com a participação de uma unidade de escalão companhia, do Exército, com 120 militares, em exercícios (*Gaizunia Training Area*, em *Ruka*) reforçando o contingente da OTAN (DGPDN, 2017a).

No mesmo quadro, empenhou-se um submarino com uma tripulação de 33 militares, por um período de dois meses, em exercícios no mar Báltico, durante o segundo semestre de 2016 (DGPDN, 2017a).

3.3.5. *Standing NATO Maritime Group*

A participação de Portugal nas designadas Forças Marítimas Permanentes da OTAN, *Standing NATO Maritime Group (SNMG)*, é muito antiga contribuindo para o objetivo



principal de fornecer à Aliança uma capacidade marítima contínua com resposta imediata em tempo de paz, crise ou conflito.

Portugal participou no segundo semestre de 2016, com a fragata Álvares Cabral, no período de 28 de julho a 7 de dezembro (DGPDN, 2017a).

O quadro geral da participação de Portugal em Operações de Paz e de outro tipo, encontra-se no anexo C.

3.3.6. Cargos internacionais permanentes na OTAN

Para além da participação em missões, Portugal contribui com 96 militares e um civil das FAP em cargos internacionais da OTAN, de acordo com a Repartição de Pessoal da Divisão de Recursos do EMGFA (DGPDN, 2017a).

3.4. As novas missões e a contribuição nacional, visão prospetiva

“Portugal defende muito claramente a organização e considera que seria um desastre se porventura o seu papel fosse diminuído” (Lopes, 2017).

As declarações do Ministro da Defesa Nacional evidenciam a necessidade de continuar o esforço coletivo face aos novos desafios que atualmente se colocam à segurança e defesa do espaço Euro-Atlântico. Esforço Coletivo será assim a expressão dominante para a resposta às novas missões. Nesta perspetiva, compreende-se a importância que tem, para Portugal, a participação ativa na OTAN, onde a Norte partilha um imenso espaço aéreo e marítimo com o Reino Unido, a Sul, o Mediterrâneo e o Norte de África, a Oeste, o Atlântico e para Este a Europa.

Em relação às novas missões, identificadas no capítulo anterior, no Atlântico Norte, onde as forças navais assumem relevância, Portugal disponibilizou uma fragata, no âmbito das *NATO Assurance Measures*, durante quatro meses. Na região do Báltico, não está prevista a participação em nenhuma missão ou exercício. No entanto, a posição de Portugal continua a ser de “permanente disponibilidade” para continuar a participar na missão *Baltic Air Policing (BAP)*, conforme Lopes (2017).

Já no Leste da Europa, Portugal disponibilizou quatro aeronaves F-16, para operarem na Roménia durante dois meses com cerca de 90 militares, assim como uma Companhia Mecanizada, com 120 militares para operar durante quatro meses. Quanto ao Norte de África e Médio Oriente, a participação nacional será expressiva na Operação *Sea Guardian*, com uma aeronave de Patrulhamento Marítimo P-3C, a realizar uma missão por mês e durante



duas semanas a operar a partir de Itália. No âmbito da mesma operação, está prevista a possibilidade de se realizarem mais 24 voos com a aeronave C-295⁶.

Assim, Portugal além de continuar a participar nas missões e operações que estão previstas no quadro da Aliança, poderá alargar o seu contributo de duas formas para atender às novas missões⁷:

- Ao nível militar, essencialmente com os meios aéreos e navais para a vigilância do espaço aéreo e marítimo, uma vez que estas missões são identificadas nestas áreas;

- Ao nível político, desempenhando um papel influente, fomentando o diálogo e a cooperação nas áreas militares e de defesa com os Parceiros do Mediterrâneo. A presença da OTAN junto dos parceiros representa uma dimensão importante na luta contra as novas ameaças, sendo por isso o momento ideal para reforçar estas relações.

Só em meados de outubro é que a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, *Federica Mogherini*, disse à OTAN de que forma poderia apoiar a operação da UE, *Sophia* de combate ao tráfico de pessoas no Mediterrâneo central: partilhando informação militar e, a nível logístico, no reabastecimento dos navios (NATO, 2016c). Esta é sem dúvida mais uma área onde Portugal poderá cooperar, disponibilizando as suas capacidades de reabastecimento marítimo.

Quando estive em setembro na comissão de Defesa, o Ministro da Defesa Nacional Azeredo Lopes comentou a relação UE/OTAN, lembrando que “há um ano era impensável que a União Europeia pudesse, por exemplo no Mediterrâneo, ser apoiada por uma missão da OTAN. Isso representa um robustecimento político da componente de Defesa da União que vai muito para lá, na prática, do plano de ação da UE em matéria de Defesa que é francamente pobríssimo” (DN, 2016). Portugal como Estado Membro das duas organizações e membro de outras parcerias regionais do Mediterrâneo⁸, poderá representar um papel importante na cooperação e conjugação de esforços.

Considerando que 23 dos 28 países Aliados são Estados-Membros da UE, a chave está assim, na complementaridade da ação dos instrumentos, mecanismos, estruturas e organizações existentes, ultrapassando as tradicionais divisões artificiais que já não correspondem à realidade. Desta forma, Portugal estará em linha com a nova conduta da Aliança, privilegiando tanto a Defesa Coletiva como a Segurança Cooperativa.

⁶ Informação disponibilizada pelo EMGFA, confirmada pela Direção Geral de Política e Defesa Nacional, disponível em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/partnac/>.

⁷ Declaração conjunta da Cimeira de Varsóvia.

⁸ Iniciativa 5+5.



Conclusões

Este TIG teve como objetivo identificar de que forma Portugal pode contribuir para as novas missões no quadro da OTAN.

Para tal, recorreu-se ao método dedutivo, a uma estratégia de investigação qualitativa e uma técnica de recolha de dados baseada, essencialmente, na análise documental e a um desenho de pesquisa de “estudo de caso”, as capacidades das FAP.

Assim, após estudo e análise dos documentos oficiais enquadrantes do assunto, foram levantados três OE, com as correspondentes QD, que contribuíram para responder à QC: De que forma pode Portugal contribuir para o cumprimento das novas missões no quadro da OTAN?

A resposta à QD1 (De que forma está organizada a OTAN para cumprimento das suas missões?) consta do capítulo 1 e, genericamente, pode referir-se que a decisão política, por consenso, está centrada no NAC e NPG, onde estão presentes os países Membros ao mais alto nível, e cujos trabalhos são dirigidos pelo Secretário-Geral da OTAN. A vertente militar é da responsabilidade, ao nível estratégico-militar, do *Military Committee* e do *Allied Command Operations*, e conduzida operacional e taticamente pelos respetivos quartéis-generais e unidades fornecidas pelos Aliados.

Posteriormente, no capítulo 2, caracterizou-se o atual ambiente de segurança internacional, as novas missões e desafios daí resultantes para a OTAN e levantados na Cimeira de Varsóvia, procurando responder à QD2 (De que forma a OTAN se adaptou às novas missões identificadas na cimeira de Varsóvia?). Constatou-se que a OTAN está confrontada com ameaças e riscos, distribuídos geograficamente a Norte (região do Báltico), a Leste (fronteira com a Rússia) e a Sul-Sudeste (Norte de Africa, Mediterrâneo Oriental, Mar Negro), que se podem reduzir aos três R: Rússia, Radicalismo e Refugiados. Trata-se de um tipo de confrontação em que os beligerantes utilizam a designada guerra híbrida que constitui uma mistura de guerra convencional, irregular e outros tipos e formas de combater.

No mesmo capítulo observou-se que, para fazer face a estas ameaças e riscos, a OTAN pretende incrementar metodologias que melhorem a capacidade de decisão da Aliança e definiu um conjunto de capacidades permanentes, de resposta rápida, como os quartéis-generais na Polónia e na Roménia, melhoria na resposta das NRF, reforço das Forças Navais Permanentes, destacamento de quatro unidades de escalão batalhão para a frente Leste, criação da Divisão conjunta de Informações e da *JISR*.



Todas estas medidas procuram que a OTAN mantenha e fortaleça a sua credibilidade na defesa Euro-Atlântica, com um modelo de forças modernas, ambiciosas, com alto nível de prontidão e interoperáveis, reforçando a sua presença e cooperação, dando assim, mais importância à Segurança Cooperativa.

No capítulo 3 respondeu-se à QD3 (Quais as missões em que Portugal pode contribuir para o esforço coletivo da OTAN?).

Concluiu-se que Portugal constitui um Aliado credível e participativo e tem agora a oportunidade, perante o quadro das novas missões da OTAN, de reforçar o seu contributo em dois níveis, o militar e o político. No âmbito militar, mantendo o esforço para continuar a participar nas missões e operações com recursos humanos e materiais e disponibilizando as suas capacidades navais e aéreas para apoiar as missões no mar Mediterrâneo. A nível político, como interlocutor na defesa cooperativa entre a OTAN, UE e países da iniciativa 5+5, indo ao encontro das novas missões no quadro da Aliança.

No âmbito deste trabalho seria importante realizar algumas entrevistas ao nível do EMGFA, nomeadamente o Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares, e dos Ramos, os Comandos Operacionais respetivos e os chefes das Divisões de Planeamento.

Para trabalhos futuros propõe-se que seja analisado, face às alterações ocorridas no ambiente estratégico internacional, se o CEDN está atualizado, bem como a restante legislação alusiva à Defesa Nacional.



Bibliografia:

- AR, 2005. *Constituição da República Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf> [Acedido em 1 março 2017].
- AR, 2014. *Procede à primeira alteração à LDN, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 07jul* (Lei Orgânica n.º 5/2014 de 29 de agosto). Lisboa: Diário da República.
- Aron, R., 2002. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília(DF): Universidade de Brasília.
- Bartler, C. K., 2016. *Para entender Gerasimor*. [Em linha] Disponível em: http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20160430_art010POR.pdf [Acedido em 16 fevereiro 2017].
- Center for Preventive Action, 2015. *Preventive Priorities Survey: 2016*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cfr.org/conflict-assessment/preventive-priorities-survey-2016/p37364> [Acedido em 25 fevereiro 2017].
- Costa, J., 2006. *Modelo conceptual para a elaboração do plano logístico (equipamentos e infra-estruturas) decorrente da modernização do Exército numa perspectiva de médio e de longo prazo..* Lisboa: s.n.
- DGPDN, 2017a. *Relatório Circunstanciado sobre o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro*. Lisboa: Direção Geral de Política de Defesa Nacional.
- DGPDN, 2017b. *A participação nacional em Operações de Paz e outras*. s.l.:s.n.
- DN, 2016. *Defesa Nacional - atualidade*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.pt/Paginas/CimeiradeVarsóvia> [Acedido em 2 fevereiro 2017].
- DoD, 2016. *Joint Publication 1-02 - Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. USA: Department of Defense.
- EP, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Guimarães, F. A., 2002. Portugal e a NATO: uma Perspectiva Político-Diplomática. *Nação e Defesa*, Julho.2(Defesa).
- Institute for The Study War, 2016. *Kathleen Weinberger and the ISW Russia-Ukraine Team, Russia in Europe: May 1-Jun14, 2016*. [Em linha] Disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/099%20RusEuro%20Map.pdf> [Acedido em 25 fevereiro 2017].
- Judt, T., 2007. *Pós Guerra: uma história da Europa desde 1945*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva.



- Lopes, A., 2016. *A Cimeira da NATO em Varsóvia e o novo ambiente de segurança..* Lisboa: s.n.
- Lopes, A., 2017. *Portugal e a NATO*. Porto: s.n.
- MDN, 2014a. *Conceito Estratégico Militar, CEM 2014*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2014b. *Missões das Forças Armadas, MIFA 2014*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2014c. *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar*. Lisboa: Assembleia da República.
- NAC, 2016. *NATO defense planning process*. Bruxelas: s.n.
- NATO, 2010. *Active Engagement, Modern defense*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_68580.htm?selectedLocale=en [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- NATO, 2015. *NATO Force Integration Units*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_09/20150901_150901-factsheet-nfiu_en.pdf [Acedido em 2 março 2017].
- NATO, 2016a. *Warsaw Summit Communiqué*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm [Acedido em 18 fevereiro 2017].
- NATO, 2016b. *Connected Forces Initiative*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_98527.htm [Acedido em 3 março 2017].
- NATO, 2016c. *North Atlantic Treaty Organization - news*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/news> [Acedido em 2 fevereiro 2017].
- NATO, 2017a. *A short history of NATO*. [Em linha] Disponível em: http://nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm [Acedido em 18 fevereiro 2017].
- NATO, 2017b. *What is NATO?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nato.int/nato-welcome/index.html> [Acedido em 24 fevereiro 2017].
- NATO, 2017c. *Smart Defence*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_84268.htm [Acedido em 27 fevereiro 2017].
- OCDE, 2008. *Concepts and Dilemmas of State Building in Fragile Situations From Fragility to Resilience*. [Em linha] Disponível em: <http://www.oecd.org/development/governance-peace/conflictandfragility/docs/41100930.pdf> [Acedido em 26 fevereiro 2017].



- ONU, 2009. *What is Good Governance?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf> [Acedido em 26 fevereiro 2017].
- Paloméros, J.-P., 2015. *Remarks to European Defence Summit, Brussels, 15 september 15*. [Em linha] Disponível em: http://www.act.nato.int/images/stories/media/speeches/150916_ed.s.pdf [Acedido em 15 fevereiro 2017].
- PCM, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 05 de abril). 1 ed. Lisboa: Diário da República.
- Piddock, R. C., 2009. *The need for conventional warfare as the US military addresses the environment & threats of the 21st century*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509847.pdf> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Pinto, L. V., 2016. *A Cimeira da OTAN em Varsóvia. Uma reflexão..* Lisboa: s.n.
- Richterová, J., 2015. *NATO, Hybrid Threats*, Prague: Jan Hlaváček.
- Song, Y., 2016. *The US commitment to NATO in the post-cold ward period*. 1 ed. s.l.:Palgrave Macmillan.
- Statewatch, 2015. *The European Defence Pooling & Sharing: from words to deeds*. [Em linha] Disponível em: <http://statewatch.org/news/2015/jan/med-2013-c4-rome-conference-report-2-european-defence-pooling.pdf> [Acedido em 27 fevereiro 2017].
- Telo, A., 2008. *História Contemporânea de Portugal, Do 25 de Abril à Atualidade, Volume II*. Lisboa: Presença.
- UTOPIA, 2015. *NATO invitation to Montenegro prompts retaliatory warning from Russia*. [Em linha] Disponível em: <https://utopiathecollapse.com/2015/12/02/nato-invitation-to-montenegro-prompts-retaliatory-warning-from-russia/> [Acedido em 25 fevereiro 2017].



Anexo A — O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar



Figura 7 – O Ciclo de Planeamento de Defesa Militar

Fonte: (DGPDN, 2017b)



Anexo B — O ciclo de planeamento da OTAN

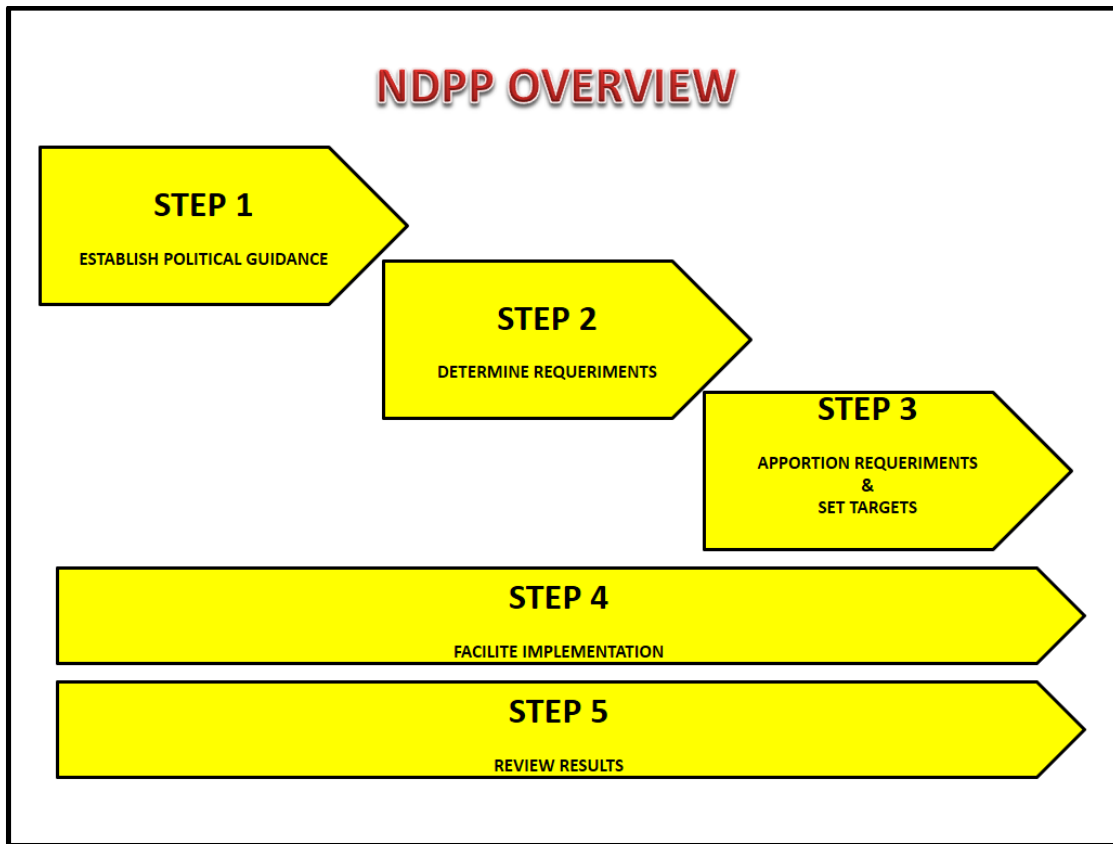


Figura 8 – O ciclo de planeamento da OTAN

Fonte: (DGPDN, 2017b)



Anexo C — A participação nacional em Operações de Paz e outras

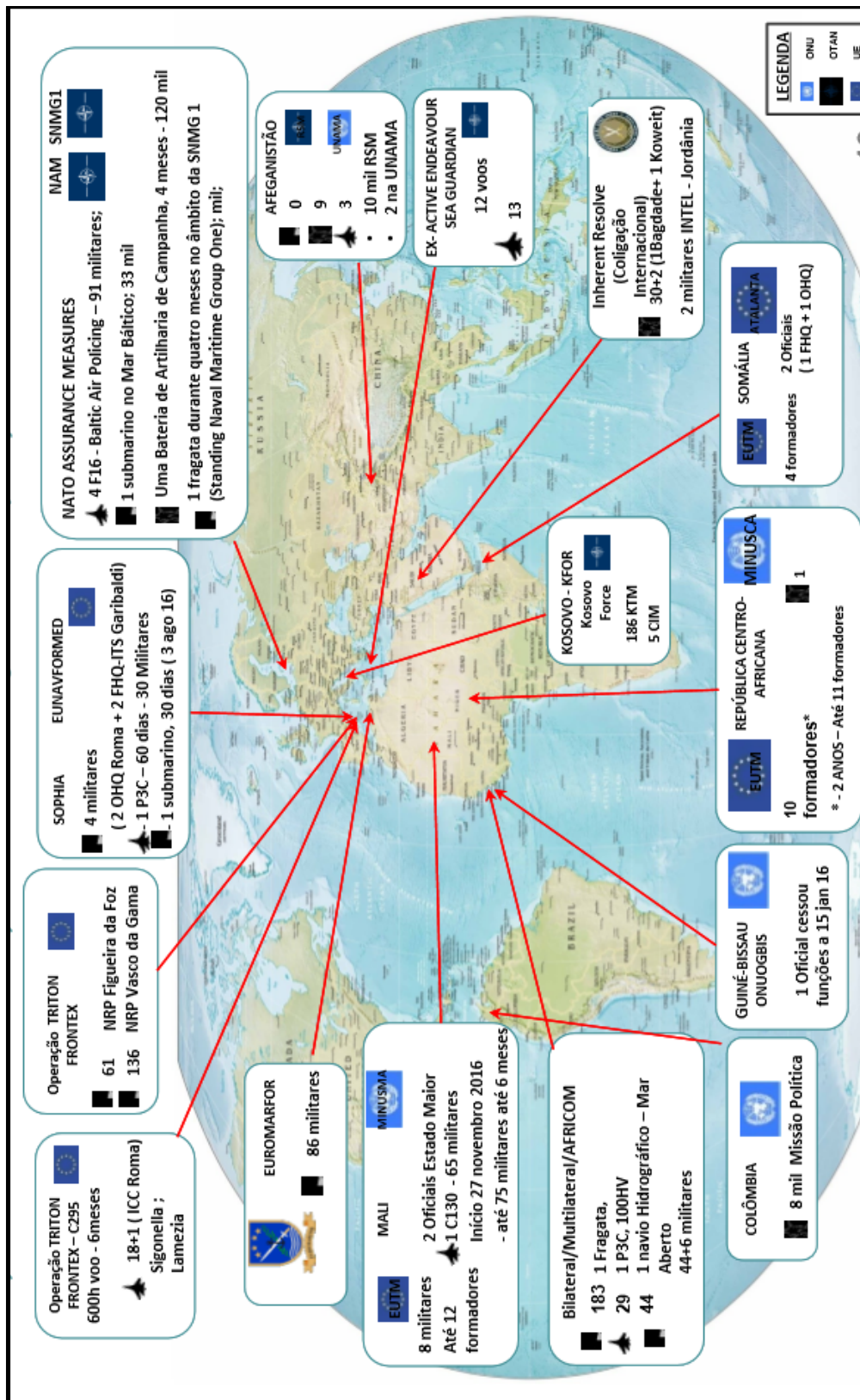


Figura 9 – A participação nacional em operações de paz e outras

Fonte: (DGPDN, 2017b)



Apêndice A — Conceitos

Aliança: a relação que resulta de um acordo ou tratado formal entre duas ou mais nações com objetivos abrangentes e de longo prazo com vista à promoção de interesses comuns dos seus membros (DoD, 2016, p. 11).

Ambiente Operacional: conjunto de condições, circunstâncias e influências que afetam o emprego de forças militares e influem nas decisões do Comandante. Inclui cinco domínios: ar, terra, mar, espaço e informação (EP, 2012, p. B(2)).

Capacidade Militar: capacidade militar das forças consiste na aptidão e na possibilidade de uma força desempenhar ou cumprir uma determinada tarefa ou missão, sendo materializada pela combinação adequada de meios em pessoal, em material, em equipamentos e em armamentos, na estrutura de treino e procedimentos. Cada capacidade deverá ser estruturada com os meios adequados e o racional que justificam os respetivos quantitativos de acordo com requisitos pré-estabelecidos, compromissos internacionais a satisfazer e fatores de sustentação, entre outros (Costa, 2006).

Coligação: um acordo entre uma ou mais nações para uma ação comum (DoD, 2016, p. 34).

Connected Forces Initiative (CFI): iniciativa com vista a desenvolver um conjunto coerente de forças implementáveis, interoperáveis e sustentáveis equipadas, treinadas, exercitadas, comandadas e capazes de operar em conjunto e com parceiros em qualquer ambiente. Tem como objetivo o desenvolvimento das Forças NATO 2020 (NATO, 2016b).

Governance: é o processo de tomada de decisão e o processo pelo qual as decisões são ou não implementadas (ONU, 2009).

Good-Governance: é uma forma de *Governance* e é um processo participativo, orientado por consenso, responsável, transparente, responsivo, eficaz e eficiente, equitativo e inclusivo e segue o Estado de Direito (ONU, 2009).

Guerra Convencional: conflito armado entre estados e ou nações em que os combatentes aparecem em unidades militares organizadas, equipadas com uniformes padrão, armas e equipamentos. Normalmente, envolve grandes operações de combate em que se procura o controlo do território, da população e dos recursos (Piddock, 2009, p. 2).

Guerra híbrida: é um violento conflito que aplica a combinação e o uso simultâneo da guerra convencional e irregular, envolvendo atores estatais e não estatais, na procura dos seus objetivos e não estando limitados ao campo de batalha físico ou território (Richterová, 2015).



Guerra Irregular: é uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um território. Este tipo de conflito caracteriza-se pelas atividades predominantes serem a subversão, a contrassubversão e a existência de um ambiente que se denominou por guerra não convencional (EP, 2012, p. 2(8)).

Guerra Não Convencional: é o termo utilizado para englobar operações militares, normalmente de longa duração, predominantemente conduzidas por forças autóctones que são organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas a partir do exterior do território. Inclui, embora não exclusivamente, a guerrilha, a sabotagem e atividades de obtenção de informações (EP, 2012, p. 2(12)).

Nível de Ambição: consiste no limite de empenhamento que é possível assegurar com os meios militares disponíveis de cada um dos Ramos em particular e das FFAAP no seu conjunto. Trata-se do balizamento realístico da capacidade de ação das FFAAP através da definição de um limite de empenhamento ambicionado (PCM, 2013).

Planeamento de Defesa Militar: conjunto de ações orientado para o desenvolvimento de capacidades com base no nível de ambição e nos cenários prioritários de atuação com vista a definir capacidades e missões (MDN, 2014c).

Pooling and Sharing: descreve várias formas de cooperação em defesa (Statewatch, 2015, p. 2).

Pooling (agrupar): é o agrupamento de capacidades nacionais que podem ser fornecidas e utilizadas por outros países; esta situação permite que países obtenham maior número de unidades ou capacidades que um Estado isolado não poderia fornecer ou obter por razões de custo (Statewatch, 2015, p. 2).

Sharing (compartilhar): forma de um ou mais países partilharem capacidades ou equipamentos ou realizem uma tarefa por outro país (Statewatch, 2015, p. 2)

Segurança cooperativa: de forma crescente, há hoje uma tendência para definir um conceito alargado de segurança que, continuando a integrar os objetivos mais tradicionais dos Estados — defesa do território e da soberania, confira atenção acrescida a uma filosofia preventiva e a uma visão global da evolução dos focos de insegurança internacional e das crises que deles decorrem, com o intuito de as prevenir e limitar, evitando o seu desenvolvimento para formas agravadas de conflitualidade. Neste quadro, como forma de otimizar a resposta dos atores internacionais, tem vindo a impor-se uma ideia de segurança cooperativa, com reflexos no desenvolvimento das organizações internacionais (NATO, 2010).



Smart Defence: forma cooperativa de gerar capacidades modernas de defesa que a Aliança necessita futuramente, de uma forma mais eficiente em termos de custos, eficaz e coerente (NATO, 2017c).

State building: conjunto de ações destinadas a desenvolver a capacidade, as instituições e a legitimidade do Estado no quadro de um processo político que inclui os vários elementos constituintes do mesmo Estado e da sociedade (OCDE, 2008, p. 14)

Terrorismo: pode ser definido como a utilização ilegal, de forma efetiva ou potencial, da força ou violência contra pessoas ou bens, tentando coagir ou intimidar governos ou sociedades, para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos (EP, 2012, p. B(23)).

Unidades de Integração de Forças da OTAN (NATO Force Integration Units): são unidades que ajudam e facilitam o rápido desdobramento das forças aliadas na parte oriental da Aliança, apoiam o planeamento de defesa coletiva e a coordenação e realização de exercícios. Não são bases militares, mas são um elo vital entre forças nacionais e forças de outros Aliados. São também responsáveis pela identificação de redes logísticas, rotas de transporte e infraestruturas de apoio para garantir que as forças de reação imediata da OTAN se possam desdobrar na região o mais rápido possível e trabalhar em conjunto de forma eficaz para manter a segurança e defesa dos Aliados (NATO, 2015).

Very High Readiness Joint Task Force (VJTF): trata-se de uma nova componente da NRF constituída por forças com alto nível de prontidão. É uma força conjunta, com componentes terrestres, aéreas, marítimas e as necessárias operações especiais, definidas de acordo com as necessidades identificadas. Constitui uma das medidas com vista a aumentar as capacidades da Aliança para responder a situações de segurança emergentes (NATO, 2015).



Apêndice B — A perspectiva da Rússia sobre o atual ambiente operacional

O General Gerasimov, em 26fev13, publicou um artigo no jornal *Voyenno-Promyshhlennyy Kurier* sob o título “O valor da ciência está na previsão: novos desafios exigem repensar a forma e métodos de conduzir as operações de combate”, que explica a sua visão sobre o ambiente operacional e sobre o carácter da guerra no futuro. É com base neste artigo que se elabora o presente texto, apenas com os elementos essenciais (Bartler, 2016).

O General Valery Gerasimov é o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Rússia, com responsabilidades de planeamento no longo prazo, equivalentes às de Secretário de Defesa e de Comandante dos Comandos Unificados dos EUA, supervisiona o transporte estratégico, o desenvolvimento doutrinário, de capacidades da força e a aquisição de equipamentos para todas as componentes do Ministério da Defesa. Controla ainda, em tempo de paz, o Departamento Central de Inteligência conhecido por GRU, que é uma das Divisões do Estado-Maior, e vários meios estratégicos, incluindo forças aeroterrestres russas que servem como uma reserva estratégica. Genericamente, o Estado-Maior Geral tem como uma das suas tarefas formular a teoria e a prática da guerra no futuro.

Na visão russa, a desordem internacional iniciou-se imediatamente após a queda do Muro de Berlim, com a divisão da ex-Jugoslávia, nos anos 90 do século XX, a que se seguiram as intervenções pelos EUA no Afeganistão (2001) e Iraque (1991,1998, 2003), com a finalidade de intervir para proceder à mudança de regime.



Figura 10 – Adaptado, *briefing* General Gerasimov, 3.ª Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional

Fonte: (Bartler, 2016, p. 48)



O *modus operandi* é o seguinte: decidir executar uma operação militar; encontrar o pretexto adequado, como a necessidade de prevenir um genocídio ou a existência de armas de destruição maciça; e executar a operação militar para consolidar a alteração de regime (figura 10).

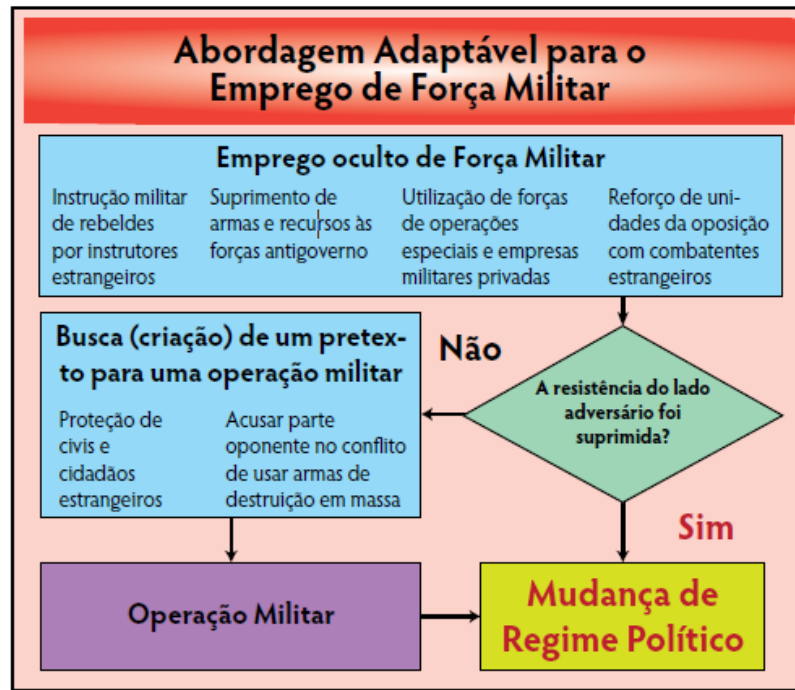


Figura 11 – Adaptada, *briefing* General Gerasimov, 3.ª Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional

Fonte: (Bartler, 2016, p. 49)

Mais recentemente, de acordo com a opinião russa, o processo sofreu ligeiras alterações: os EUA iniciam este procedimento pela tomada de posição política, através de propaganda, da *internet*, dos média e de apoio a Organizações Não Governamentais; incitam à contestação do poder político e ao separatismo; apoiam a oposição organizada ao governo, através do fornecimento de recursos; quando o governo for obrigado a usar métodos mais agressivos para manter a lei e a ordem, os EUA terão o pretexto para impor sanções económica e políticas, havendo entretanto tendência para o agravamento da situação interna; face ao colapso do governo, poderão ser empregues forças militares para a manutenção ou imposição de paz e, deste modo, instalar um governo que seja favorável ao Ocidente e aos EUA (figura 11 e 12).

As teorias apresentadas são visões bastante comuns na antiga União Soviética e estas razões justificam, em parte, as hostilidades existentes na sociedade russa relativamente ao papel das Organizações Não Governamentais em determinados países e áreas de operações.

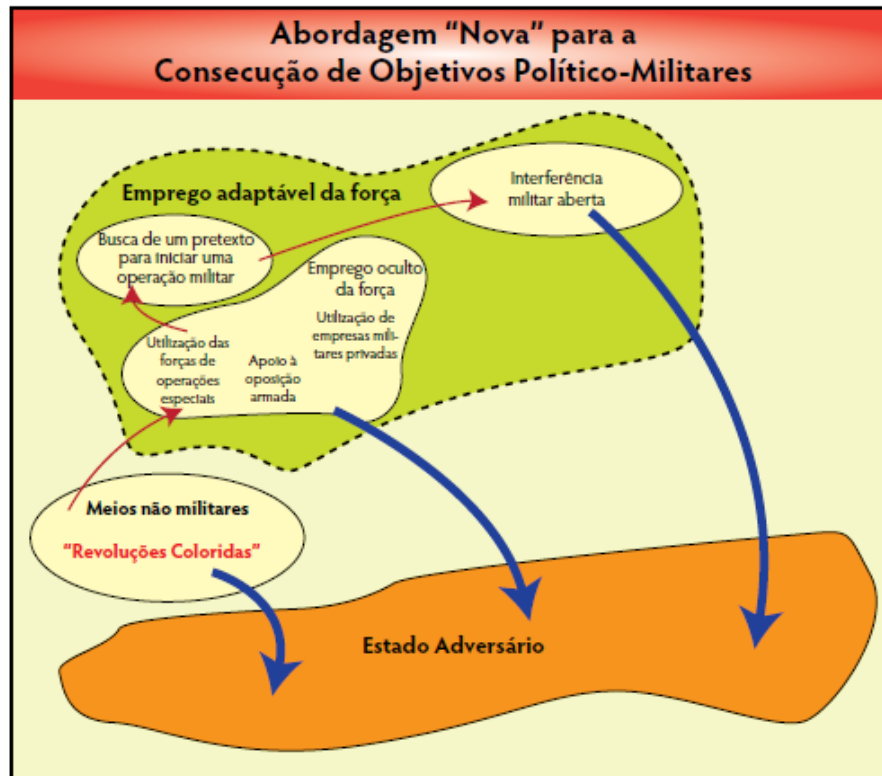


Figura 12 – Adaptada, *brifingue* General Gerasimov 3.^a Conferência de Moscovo sobre Segurança Internacional

Fonte: (Bartler, 2016, p. 50)

Outro conceito referido no artigo trata-se dos métodos indiretos e assimétricos, designados no Ocidente como guerra híbrida. Este termo não é utilizado na doutrina russa, mas referem que alguns dos aspetos desta tipologia de conflito sempre foram praticados desde que a guerra existe.

O General Gerasimov prevê que no futuro ambiente operacional existirá uma menor frequência de combates em larga escala, maior emprego de sistemas de comando e controlo em rede, robótica e armas de alta precisão, maior importância dada à cooperação de interagências, mais combates em áreas urbanas e uma redução geral das diferenças entre atividades militares de níveis estratégico, operacional e tático. A Rússia também dá relevância às suas forças convencionais.

Considera ainda que a maior ameaça para a soberania da Rússia advém dos movimentos sociais e políticos financiados pelos EUA. Também constitui uma ameaça o desenvolvimento de armas hipersónicas e dos programas de defesa antimíssil balístico e *Prompt Global Strike* que poderão degradar as capacidades de dissuasão estratégicas russas e abalar o atual equilíbrio estratégico.